

ao Secretário, de acordo com o Regimento. Deve ser discutido e votado. Entretanto, lembrei a S. Exa. que dada a gravidade da situação S. Exa. poderia valer-se da faculdade que lhe dá o Regimento e comparecer espontaneamente a esta Casa.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — E S. Exa. deveria ter vindo, como sempre vem, para cumprimentar os Srs. deputados! Por que S. Exa. não veio agora?

Sr. Presidente, concluo solicitando a V. Exa. em todo o caso, as desculpas de um deputado que se despede da tribuna.

Estou certo de que V. Exa. haverá de encontrar o melhor caminho. Homem inteligente, probo e honesto como é, V. Exa. haverá de encontrar o melhor caminho, como Presidente desta Assembleia, aquele que dê a São Paulo a tranquilidade de que precisa e que merece, tudo fazendo para que seja dado aos trabalhadores das ferrovias o quinhão que lhe é devido, menos pela vontade que têm de receber, mas pela de fixar a sua luta.

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão. Para discutir, tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, a Assembleia discute no momento o adiamento solicitado pelo nobre deputado Farabulini Júnior, pelo prazo de 5 dias, do projeto de lei n.º 1121-63, cujo objetivo é a criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo.

Como pode, Sr. Presidente, um Parlamento ater-se à discussão bitolada, vinculada regimentalmente a uma determinada diretriz, a um determinado projeto, quando parcelas do povo que este Parlamento representa vive momentos de angústia, vive momentos de dúvida, vive momentos de luta para conseguir melhores condições de vida, para conseguir, no caso presente, o cumprimento de um acordo feito com o governo do Estado de São Paulo? Como pode, Sr. Presidente e Srs. deputados, aquela colega que ocupa a tribuna do Parlamento, dada a ebulição social, ignorar, tornar-se insensível a todos os clamores que vêm de todas aquelas vozes que pedem guarida neste Parlamento, que deve ser acima de tudo a casa do povo, onde o povo encontra ressonância e onde se faz ouvir?

Então, Sr. Presidente e Srs. deputados, pensamos nós que o Regimento deve se tornar flácido, que o Regimento deve permitir que o orador possa se espalhar, que ele possa fazer uma justificativa, que ele possa conduzir sua oração pelo crivo dos acontecimentos sociais do momento que vive a Pátria, do momento que vive o próprio Estado de São Paulo.

Estou defendendo, Sr. Presidente e nobres srs. deputados, a tese de que se possa sair um pouco fora do Regimento, de que se possa espalhar um pouco da bitolagem que o Regimento impõe ao orador, para que possamos dizer algumas palavras, como já disseram os nobres oradores que se fizeram ouvir a respeito daqueles fatos que estamos assistindo e que para nós não são novidades, eis que representam uma repetição de tudo aquilo que ouvimos e de tudo aquilo que dissemos, principalmente o nobre deputado Francisco Amaral, a respeito do movimento que envolveu a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e seus briosos ferroviários.

Assistimos ainda hoje, nobres deputados, a uma repetição daqueles fatos em que os trabalhadores são obrigados, são levados a um movimento de protesto contra o não cumprimento de um acordo. Somos obrigados a assinalar este fato, Sr. Presidente, e se o ignorássemos não estaríamos sendo autênticos na representação do nosso mandato.

Como nos colocaríamos ao discutir um projeto de lei que cria uma secretaria de turismo, ignorando um fato social de muito maior repercussão, ignorando um fato social que exige muito mais a atenção da Assembleia, que chama muito mais o nosso trabalho, que argui a nossa presença ao chamamento de um dever cívico?

Sim, srs. deputados, têm razão aqueles que se fizeram ouvir, têm razão o nobre deputado Farabulini Júnior. Através da tese que defende, defende um fato social muito acima e de muito maior importância do que a criação de uma Secretaria de Turismo.

E temos também, Sr. Presidente, de nos lembrar de um fato de importância para o Parlamento, de importância para a vida democrática, que é a atitude que estão tomando alguns distritos que não tiveram a sua pretensão aplaudida por esta Assembleia e que já recorreram ao Judiciário, e cuja atitude, "mutatis mutandis", poderá colocar esta Assembleia numa posição não equivalente, mas numa posição parelha à de ter negado um direito líquido e certo.

Entendo eu que o movimento dos ferroviários da Sorocabana poderá mais tarde, medidas a amplitude e mantidas as proporções, repetir e fixo bem, por este parlamento, a negativa de um direito que os distritos, que os futuros Municípios pretendiam ter e que não foi defendido ou não foi reconhecido por este parlamento. Peço, então, venha, para entrar um pouco nesse campo, já que deixo de maneira clara, de maneira plena, a nossa simpatia, a nossa atenção a esse movimento que os briosos ferroviários da Sorocabana vêm fazendo. E eu me permito falar também em nome do nobre deputado Chopin Tavares de Lima e do nobre deputado Valério Giulii, que se encontram neste Plenário.

Mas, srs. deputados, há dias levantei uma questão de ordem alusiva aos pronunciamentos deste Parlamento, a respeito da criação dos novos Municípios paulistas. Na ocasião, fiz público o meu ponto de vis-

ta a respeito da interpretação do artigo 6.º da Lei Orgânica dos Municípios, declarando que a sua redação, tal como se encontra, era de clareza meridiana e não comportava qualquer dúvida: uma vez que os documentos apresentados estivessem em ordem, a esta Assembleia competia, apenas, ordenar o plebiscito. Somente após a realização desse ato é que o Poder Legislativo poderia julgar a decisão, votando pró ou contra. Agora, Sr. Presidente, levanto nova questão de ordem, baseada no assunto, fazendo remissão à Lei 8001, de 11.10.1963, no que diz respeito aos territórios que pretendem anexação a Municípios vizinhos, que foi desatendida por esta Casa, no caso específico do Projeto de Resolução n.º 104-63, em que é interessada a população do bairro Mollon, de Santa Bárbara D'Oeste, que desejava anexação ao Município de Americana. Para demonstrar a clareza do assunto, peço venha para fazer rápida digressão a respeito do mesmo.

Sem fazer qualquer remissão aos fatos narrados no processo e sem qualquer justificativa, o nobre relator da matéria, inexplicavelmente, concluiu pelo arquivamento do pedido, indo contra, ferindo um direito líquido e certo, no meu entender, num caso em que o Instituto Geográfico e Geológico havia dado parecer integralmente a favor daquilo que pleiteavam os moradores do Distrito de Mollon, de Santa Bárbara D'Oeste.

Para justificar o meu ponto de vista, lanço mão de palavras textuais da Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária, que serviram de base para a apresentação do Projeto de lei 1.554-63, que deu origem à Lei 8001 e que são:

"Com o art. 1.º e seu parágrafo único do presente projeto, visamos a tornar vazios de eventuais motivações políticas os referidos pedidos, subordinada a sua aprovação, pela Assembleia, a critério exclusivamente técnico".

Ora, Sr. Presidente e Srs. deputados, tais critérios "exclusivamente técnicos" foram desprezados pela Casa, fraudando até a "ratio legis" do citado diploma legal.

Eis um problema importantíssimo, Sr. Presidente e Srs. deputados, que poderá trazer repercussões incalculáveis, pois que o noticiário já deu e se confirma através do pedido de informações ao Presidente desta Casa, face ao pedido de mandado de segurança perante os órgãos da Justiça competentes para receber esse pleiteiro, no sentido de que a Justiça declare que esta Assembleia feriu, que esta Assembleia desrespeitou um mandamento expresso em lei.

Chamo, portanto, a atenção dos Srs. Presidente e deputados, tal como já o havia feito ao levantar a questão de ordem, no tocante à interpretação do artigo 5.º da Lei Orgânica dos Municípios, no que diz respeito à criação de novos Municípios. Faço-o, agora, no tocante ao mesmo problema, porém, no que diz respeito à anexação de territórios a Municípios já consolidados.

Ouçom com prazer o nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — Agradeço a gentileza do seu aparte, nobre deputado Felício Castellano. Desejei apartar-me nesta oportunidade para dizer a V. Exa. que folgo muito em verificar que V. Exa., hoje, repete os argumentos expendidos por mim em encaminhamento da votação, por ocasião da votação da proposição da Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária, referente ao distrito de São Miguel Paulista, que desejava emancipar-se. Naquela oportunidade também eu defendia a tese de que o Plenário não cabia decidir sobre o mérito, sobre a conveniência ou não da anexação, mas apenas averiguar se, sob o aspecto formal, as proposições estavam bem informadas. E, infelizmente, também naquela ocasião o Plenário votou fora da sistemática determinada pela Lei Orgânica dos Municípios para casos dessa natureza. Vejo, hoje, que V. Exa. adere à minha tese, ao meu ponto de vista, com muita honra para mim. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. FELÍCIO CASTELLANO — Nobre deputado, eu já fiz a citação do pensamento pessoal de V. Exa., pois que já consta dos Anais, e o "Diário Oficial" publicou, a declaração de voto que reflete o pensamento de V. Exa. Mas, observando melhor, verificando que V. Exa. ia-me solicitar o aparte, não quis furtar-me o direito legítimo, lógico, de poder V. Exa. mesmo declarar à Casa que já mantinha esse ponto de vista. É agradável para nós constatar isso, porque sabemos que se trata de pessoa que possui profundos conhecimentos jurídicos e que teve atuação destacada na Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária. Acho que esta Casa poderia ter-se louvado no pensamento de V. Exa. e na diretriz jurídica traçada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao nobre orador que lhe restam dois minutos.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO — Infelizmente, no que diz respeito a pronunciamentos desta Assembleia, agora é tarde para que se tome qualquer iniciativa. Resta apenas aguardar a decisão do Judiciário, e desejava, então, lembrando a este caso que envolve vários moradores de Santa Bárbara D'Oeste, que pretendem ver seu território anexado a Americana, trazer, mais uma vez, o assunto à consideração da Casa, por sua grande importância. No tocante ao pedido de adiamento solicitado pelo nobre deputado Farabulini Júnior, pela essência que o contém, pelo momento que vivemos, pelos problemas muito mais importantes e urgentes que existem e que esta Casa deve enfrentar, voto favoravelmente ao adiamento do processo, para que esta Casa possa cuidar desses momentosos assuntos, principalmente do problema que atualmente aflige aos ferroviários da Sorocabana. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. (Pausa) Para discutir, com a palavra o nobre deputado Onofre Gusuen S. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. ONOFRE GOSUEN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o nobre deputado José Felício Castellano tem razão e nós também estamos a sua tese de que não é possível ao deputado abordar um assunto como este que hoje se nos apresenta, como é o adiamento da discussão do projeto que cria uma Secretaria de Estado dos Negócios de Turismo, e deixar de abordar um assunto de suma importância como o problema dos ferroviários da Sorocabana.

É preciso, Sr. Presidente, que se declare alto e bom som que esta Casa não estava omissa, nessa questão da greve dos ferroviários da Sorocabana. Não. Haja vista que o nobre deputado Cássio Ciampolini convocou o Sr. Secretário dos Transportes para vir prestar os devidos esclarecimentos a esta Casa. O nobre deputado Francisco Amaral também já abordou esse problema com anuidade dos seus colegas, dialogando várias vezes a respeito desse assunto.

O nobre deputado Farabulini Júnior também hoje, em reiteradas ocasiões, focalizou o problema, cuja responsabilidade cabe, sem dúvida, em grande parte a esse governo que aí está. Não que sejamos sistematicamente contra esse governo. Absolutamente. Como deputado de linha independente, deputado que não pertence a situação, nem à oposição, mas deputado também que não frequenta o Palácio, que não vai pedir favores nos corredores do Palácio, mas uma vez friso que é lamentável a atitude do Sr. Adhemar de Barros nesta administração deplorável e péssima que vem executando para os paulistas. Aliás, há um brocardo popular que bem retrata esse governo: "por fora bela viola, por dentro pão bolorento". Isto é um pão bolorento mesmo, mas, infelizmente, nós, paulistas, temos que arcar com este fardo que pesa, sobre todos nós.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. deputados, não que sejamos contra o turismo, mas o sonos da maneira como propõe o nobre deputado Ubirajara Keutenedjian, criando a Secretaria de Estado dos Negócios de Turismo.

Não é possível, Srs. deputados, que a criação dessa Secretaria dos Negócios de Turismo possa ser aprovada da maneira como está sugerida. Esse Governo que aí está, esse Governo que apregoa nos 4 cantos de São Paulo que a sua meta é o homem, tenta convencer o povo deste Estado que os empreendimentos que os outros governos realizam — governos aos quais também não pertencei, graças a Deus — fizeram com que o povo arcaisse com este processo inflacionário e que o povo sofresse as tremendas dificuldades por que passa, devido à falta de uma meta, que o atual Governador de São Paulo denomina "meta homem". Mas vemos que tudo foi engodo, que não passou de tapeação. O Sr. Adhemar de Barros como já se falou nesta Casa, é como o lobo que perde o pelo mas não perde o vício: mantém-se na mesma linha de conduta e não cumpre a palavra empenhada quando em campanha eleitoral.

Ora, Srs. deputados, somos obrigados a votar favoravelmente ao adiamento do projeto que pretende criar a Secretaria de Estado dos Negócios de Turismo. Isto por que? Ora, criar agora uma Secretaria de Turismo, justamente quando a histeria, quando os municípios de São Paulo na sua maioria estão carentes do amparo governamental com referência aos seus problemas de saúde, educação e transportes? O atual Governo está desenvolvendo uma administração desastrosa, administração que esta Casa muitas vezes neste ano tem condenado. S. Exa. não tem agido em função daquele ideal que deve nortear as ações dos políticos que é o ideal de bem servir à causa pública. Não!

Principalmente, Sr. Presidente e Srs. deputados, para os problemas atinentes ao operariado, para os problemas dos humildes, para os problemas dos trabalhadores, este governo se esquece sempre de encontrar solução.

Vemos, agora, aqui, Sr. Presidente, nesta tarde, um projeto de um ilustre e nobre colega, pretendendo criar uma Secretaria de Turismo. Mas, como, Sr. Presidente? Como criar uma Secretaria de Turismo se há tantos hospitais, tantas escolas, tantos centros e subcentros de Saúde criados nesse interior afora, sem nenhuma providência do mandatário dos Campos Elísios para a sua concretização? O príncipe dos Campos Elísios não quer saber desses problemas do povo; a ele pouco importa que o operário sofra, que a família do operário passe fome, que o filho do operário não tenha escola. Sr. Presidente e Srs. deputados, a ele interessa, sim, os investimentos; a ele interessa, sim, os problemas relacionados aqueles que lhe trazem vantagens especiais, ou vantagens de tantas coisas que constituem uma verdadeira vergonha, e provocam revolta nos homens que ao menos pretendem, como os deputados desta Casa, resolver determinados problemas, mas que, infelizmente, não têm a mínima parcela de consideração por parte do atual governo. Podemos dar exemplos. Sr. Presidente Srs. deputados.

Criamos, há mais de um ano, um hospital de clínicas na cidade de Franca, cidade que dista mais de quatrocentos quilômetros de São Paulo, cidade que é, hoje, centro de uma região: centro do nordeste paulista. E não é somente centro do nordeste paulista, mas centro, também, do sul de Minas, parte do Triângulo Mineiro. Todos os brasileiros afluem para aquela cidade.

E já pedimos, Sr. Presidente, reiteradas vezes, através de indicações, de pronunciamentos, de requerimentos ao príncipe dos

Campos Elísios, que providencie a instalação do hospital de clínicas de Franca, porque não são somente os doentes de Franca que precisam ser atendidos: são os brasileiros, acima dos paulistas, que afluem do Triângulo Mineiro, do sul de Minas, para aquela cidade, em busca de um tratamento, em busca de um bálsamo para seus sofrimentos físicos.

Mas, Sr. Presidente, o atual Governador de São Paulo faz ouvidos moucos, o atual Governador de São Paulo nada faz para atender esses problemas. E a sua desconsideração para com esta Casa é marcante, é frisante. Nunca, Sr. Presidente, governo algum desconsiderou tanto este Poder como o atual chefe dos Campos Elísios. Temos pedido por exemplo, Sr. Presidente e Srs. deputados, que se instalem postos de saúde, subcentros de saúde em todos os distritos longínquos desta Capital. São necessários esses subcentros de saúde para atender o operariado do campo, gente humilde que trabalha e que irriga, com o seu suor, os cereais e os mantimentos que algum dia, naturalmente, serão carregados para o Palácio, para sustentar aquele príncipe obeso e aquela sua "entourage" palaciana.

Quanto arroz, quanto feijão, podemos dizer mesmo: que pecado, tanto arroz e tanto feijão, colhido com tanto suor e tanto sacrifício para, em dado momento, ser carregado para o Palácio e sustentar essa gente!

Não somos contra o turismo, Sr. Presidente e Srs. deputados, mas da maneira como estamos sentindo, com a criação dessa Secretaria, podemos antever, podemos prever, diante de um projeto como este, projeto que, depois é anexado a uma mensagem governamental, que essa Secretaria de Turismo vá funcionar da mesma maneira como está funcionando a Secretaria do Governo, a Secretaria do Trabalho, em função única de uma política que não traz benefício nenhum para a coletividade de São Paulo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. deputados, nós, nos insurgimos contra essa proposição, que hoje foi tão defendida pelo nobre deputado Gustavo Martini, respeitável deputado que tão bem entende de turismo, mas que há de me perdoar, neste momento, porque sou de opinião que essa Secretaria, pela forma que se quer dar a ela, não virá fazer turismo algum em São Paulo.

Achamos também, Sr. Presidente e Srs. deputados, que o problema do turismo poderá ser relegado a uma segunda plana, uma vez que, antes, devemos resolver os problemas do operariado e dos trabalhadores de nossa terra. Se um governo nega, como negou há poucos dias, uma escola normal para um subdistrito da cidade de Franca, um subdistrito maior do que grande parte de municípios de São Paulo, se nega a criação de um colégio universitário quando ele mesmo, quando candidato a Governador, apregoava que iria intensificar a criação de colégios universitários, para consolidar a cultura humanitária, para consolidar a cultura de cursos secundários, de cursos de humanidade que são dados aos adolescentes que fazem o segundo ciclo. Todavia, veta a criação de uma escola normal, futura sumeiramente de professores, de homens que irão educar, que irão para todas as regiões de São Paulo ensinar todos os princípios cívicos, morais, de higiene e educacionais, além de amor à Pátria.

Mas, o Sr. Adhemar de Barros, ricoço, homem nascido em berço de ouro — e isto ele proclama em todos os seus discursos que desconhece o sofrimento do pobre — que nasceu rico mas nega a instalação de subcentros de saúde para os distritos como negou a instalação de um Hospital das Clínicas para uma região que, totalizando, perfaz um mínimo de um milhão de habitantes.

Como, então, se nega a instalação de um subcentro de saúde para um distrito longínquo, como os distritos da Franca e de Barretos, que tanto necessitam de assistência médica e hospitalar? Como, então, Sr. Presidente, precisamos de uma Secretaria de Turismo? Para que? Para os turistas irem à região de Franca, à zona rural da Franca e verem as doenças como, por exemplo, o Mal de Chagas, que na região, a 15 ou 20 minutos da Franca, na divisa com Minas, atinge, em média, cerca de 85% dos moradores, todos atacados pelo mal?

E um governo que dá dinheiro a rôdo, e esta Casa tem que se levantar e se pronunciar, não concordando de maneira alguma com a solicitação desta mensagem, que como bem disse o nobre deputado Farabulini Júnior, é esdrúxula.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que restam apenas dois minutos para o término do seu prazo regimental.

O SR. ONOFRE GOSUEN — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Vamos concluir e concluir deixando bem claro que não somos contra o turismo, porque vemos que em todos os países civilizados do mundo, na Europa, na Ásia, e até mesmo nos países socialistas, se promove o turismo. Sabemos que o turismo é fonte de divisas. Mas o turismo, como quer fazer o Sr. Governador do Estado, criando uma Secretaria política, para mandar para lá um deputado, um político, para dizer que determinado partido está fazendo parte do governo, não é turismo que almejamos. Não podemos concordar, Sr. Presidente, Srs. deputados. Não somos contra o turismo, mas queremos que ele venha na época oportuna. A época é de se cuidar do povo, particularmente este ano e no ano próximo, é de se cuidar principalmente dos problemas sociais e econômicos. Que este governo instale hospital de clínicas antes de criar Secretarias de governo. (Muito bem!) Que este governo cuide-se do Financiamento e da Produção de cereais antes da Secretaria de Turismo, que mande abrir novas estradas para escoamento da produção, antes de criar a Secretaria de Turismo. E depois, sem dúvida alguma, ter o nosso voto favorável e o nosso trabalho por